

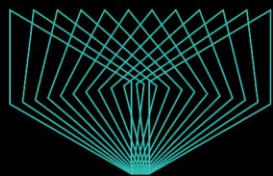
EMBARGO ATÉ SEXTA-FEIRA, DIA 05 DE SETEMBRO, ÀS 00H01

Barómetro do Poder Local

Novo barómetro da Fundação Francisco Manuel dos Santos capta perceções, atitudes e comportamentos dos residentes em Portugal face ao Poder Local

- A pouco mais de um mês das eleições autárquicas, esta investigação da autoria de Filipe Teles e Nuno F. da Cruz tenta responder a duas questões principais: *como é que os residentes em Portugal percecionam a capacidade, a legitimidade e a eficácia do poder local? Prestes a chegar a meio século de democracia local em Portugal, que avaliação é feita sobre a sua qualidade?*;
- A maioria dos inquiridos considera que os municípios deveriam ter mais influência em áreas como a saúde ou habitação;
- Apesar de o Poder Local ser uma das instituições públicas mais bem avaliadas, os níveis de participação cívica continuam baixos;
- O Barómetro revela ainda que nas autárquicas o desempenho da autarquia e as características pessoais dos candidatos têm maior peso do que a cor partidária (em comparação com outras eleições);
- O Barómetro do Poder Local é divulgado às 00h01 de sexta-feira, 5 de setembro, no [site da FFMS](#).

A Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) apresenta o seu mais recente barómetro, desta vez centrado no poder local. Desenvolvido por Filipe Teles e Nuno F. da Cruz, este estudo de opinião analisa as perceções, atitudes e comportamentos dos residentes em Portugal face ao poder local. O inquérito envolveu 1.070 entrevistas representativas da



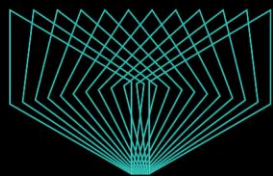
população residente em Portugal continental com 18 ou mais anos e será disponibilizado às 00h01 de sexta-feira, dia 5 de setembro, no [site da FFMS](#).

A pouco mais de um mês das eleições autárquicas, e tendo em conta que, com a consolidação da democracia, os municípios e as freguesias se tornaram peças fundamentais na concretização de políticas públicas de proximidade e na construção da coesão territorial, este barómetro tenta responder a duas questões principais: como é que os residentes em Portugal percecionam a capacidade, a legitimidade e a eficácia do poder local? Prestes a chegar a meio século de democracia local em Portugal, que avaliação é feita sobre a sua qualidade?

Entre as principais conclusões, destaca-se que 51% dos inquiridos referem a prestação de serviços públicos de qualidade, ao menor custo possível, como a principal missão das autarquias. Esta questão sobressai em detrimento de outras, como a participação pública (31%) ou a autonomia face ao governo central (18%). No entanto, as áreas da saúde e da habitação são identificadas pelos inquiridos (cerca de 80%) como aquelas onde os municípios deveriam ser mais influentes.

Os dados do estudo parecem indiciar um apoio à descentralização, sobretudo a nível regional: 62% dos inquiridos defendem que os investimentos e serviços públicos devem ser adaptados ao contexto e necessidade regionais. Porém, os inquiridos neste barómetro admitem um desconhecimento significativo sobre as competências e funcionamento das instituições regionais, facto que pode limitar um debate informado sobre modelos de governação.

A figura do/a Presidente da Câmara é percecionada como o principal símbolo do poder local: mais de 60% da população inquirida considera que detém forte influência na



definição das políticas adotadas. Já as Assembleias Municipais, empresas privadas ou organizações da sociedade civil são vistas como atores menos influentes no poder local.

Por outro lado, e apesar de o poder local ser avaliado com um desempenho satisfatório, com 44% dos inquiridos a manifestarem uma imagem positiva ou muito positiva, os níveis de participação cívica permanecem baixos: 54% nunca participaram em reuniões, eventos ou consultas promovidas pelas autarquias.

O barómetro revela ainda que o voto autárquico é mais personalizado do que partidário, isto porque as decisões dos eleitores são fortemente influenciadas pelo desempenho da Câmara Municipal e pelas características pessoais dos candidatos, com destaque para a integridade ética — apontada como o fator com maior importância relativa (27%) na escolha de um presidente de Câmara.

Além disto, a investigação identificou diferenças territoriais nas perceções sobre o poder local, com os residentes em municípios não urbanos a revelarem maior confiança nas autarquias e satisfação com a democracia local. Mais concretamente, 41% dos munícipes não urbanos estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a democracia local e apenas 22% estão insatisfeitos — por oposição aos residentes em municípios urbanos, onde estas taxas são de 35% e 24%, respetivamente. Nos municípios urbanos, onde há maior distância entre eleitos/candidatos e os cidadãos, estes dependem mais da comunicação social nacional e das redes sociais para receberem informação política e mostram maior exigência sobre áreas como segurança, educação e mobilidade.

Para esclarecimentos adicionais:

Manuel Louro | 918 881 124 | manuel.louro@jlma.pt

Maria João Soares | 914 237 487 | mjsoares@jlma.pt